



A ONU E A GUERRA GLOBAL: POLÍTICA E EXISTÊNCIA NO IMPÉRIO ÁREA DE PESQUISA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberta Cava¹

¹Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP Franca, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, e doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP Araraquara. É docente do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração.

RESUMO

Considerando-se a amplitude global da mídia, cresce a notoriedade dos conflitos armados no cenário internacional. Levando em conta também os movimentos globalizatórios e a evidente interdependência política e econômica entre os Estados, é cada vez maior o espaço que as guerras ocupam nas agendas governamentais e dos organismos internacionais. Atribui-se, então, a esses conflitos, um caráter global nunca visto antes. A Organização das Nações Unidas (ONU), com suas atribuições de manutenção da paz e de promoção da cooperação pacífica entre os países, muda o caráter dos conflitos armados, fazendo com que deixem de ser considerados meramente como assuntos da esfera doméstica dos Estados, para, agora, se inserirem no cenário internacional como um todo, influenciando, inclusive, o seu funcionamento. Tal fato é reforçado também pela mudança da dimensão do confronto e do tipo de “inimigo” a ser enfrentado: uma guerra, na realidade global, deixa de ser necessariamente entre entidades soberanas, para envolver partes abstratas, conceitos, contra os quais a humanidade como um todo pode se envolver. Desse modo, guerras contra o terror, contra as drogas, etc., entraram em absoluto na pauta de discussão da comunidade internacional. Tendo esses aspectos em conta, mostra-se pertinente, então, realizar um diálogo entre a nova dimensão e o caráter que se atribui atualmente aos conflitos armados, com a proposta dos teóricos Michael Hardt e Antonio Negri de Guerra global e Império Global, procedendo, também, a devida relação com o pano de fundo político dessa proposta.

Palavras-chave: Guerra Global. Manutenção da Paz. Organização das Nações Unidas. Segurança Internacional.

1 A ATUAÇÃO DA ONU NA MANUTENÇÃO DA PAZ E NA RECONSTRUÇÃO DOS ESTADOS

Desde a sua criação, a ONU traz para si duas funções principais: a manutenção da paz internacional e a cooperação para o desenvolvimento econômico e social das nações. Desse modo, pôs em prática o apoio à reconstrução dos países pela II Guerra Mundial.

Entretanto, a ameaça nuclear mudou fortemente o conceito de segurança internacional no qual a Carta das Nações Unidas originalmente se baseava. Assim, a responsabilidade de manutenção da paz precisou se adequar à realidade trazida pela Guerra Fria, polarizada agora entre o veto norte-americano e o veto soviético¹.

Ao fim da Guerra Fria seguiu-se o fim da paralisação do Conselho de Segurança, e recobrou-se a crença na possibilidade de garantir uma convivência pacífica entre os Estados. Além disso, a crescente interdependência econômica e política trouxe a percepção de que assuntos antes considerados internos de um determinado país poderiam também os interesses de outros países, reforçando, então, um maior envolvimento da comunidade internacional em assuntos que antes eram evitados.

Nesse aspecto, Marta Fernandez Moreno aponta que “uma característica relevante das atividades da ONU após a Guerra Fria é o seu crescente envolvimento na articulação e na observação de normas de comportamento para a esfera doméstica dos Estados, visando, com isso, promover uma ordem internacional estável”².

Observa-se, dessa forma, que havia um crescente entusiasmo no início da década de 1990 a respeito da capacidade da ONU em cumprir a sua função original, que se refletiu no aumento da participação da organização em situações de crise. Se o período após a II Guerra Mundial realizou-se a função de cooperação para o desenvolvimento econômico e social das nações por meio do apoio à reconstrução dos países afetados pelo conflito, seria possível à ONU, agora, planejar a

¹ TOMASSINI, Luciano. As nações Unidas em um mundo pós-nacional. In. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, jul/dez. 1995. pp. 211-228.

² MORENO, Marta Fernandez. Propostas de democratização das Nações Unidas. In. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 01, jan/jun. 2001. p. 115.

reestruturação de Estados em novas situações de crise. A queda do Muro de Berlim, seguida da reintegração da Alemanha, e a Guerra do Golfo, em 1991, simbolizaram o início dessa nova orientação da organização.

A Guerra do Golfo foi vista, à época, como a prova da capacidade de realização da ONU, e de suas expectativas futuras, estimulada pelo consenso alcançado pelo Conselho de Segurança a respeito desse conflito. No tocante a esse consenso, o então presidente norte-americano George Bush referia-se a ele como o início de uma “nova ordem mundial” baseada na consulta, na cooperação e nas ações tomadas coletivamente, vinculando organizações regionais e internacionais.

Entretanto, a Guerra do Golfo, na visão de James Mayall, foi apenas uma exceção no período após a Guerra Fria. A formação de uma ampla aliança e o emprego de uma ação rápida e eficaz só foram possíveis devido a uma combinação de condições atípicas, como o interesse intervencionista das principais potências e uma referência direta à Carta das Nações Unidas. Em outros eventos após esse, a aplicação do Direito Internacional e a obtenção de consenso verificaram-se muito mais difíceis. Com isso, o otimismo em relação à ONU passou a ser muitas vezes substituído por um ceticismo em relação à capacidade da organização em intervir de maneira positiva³.

Como exemplo disso, é possível citar os conflitos na ex-Iugoslávia, iniciados pouco depois da crise ocorrida no Golfo e que evidenciaram outra face do mundo pós-Guerra Fria: o fracasso das negociações diplomáticas empreendidas pelos europeus deu margem para uma intervenção armada da OTAN, e não da ONU, liderada pelos EUA. Dessa forma, a ONU desempenhou apenas uma legitimação da ação, e, de certa forma, aceitou o descumprimento do Direito Internacional.

Assim, entrou em pauta no decorrer da década de 1990 a necessidade de reformulação na ONU no que concerne às possibilidades de reconstrução e de intervenção em Estados em crise. Entrou em voga uma tentativa de formular uma nova teoria sobre a manutenção da paz, enfatizando a diplomacia preventiva em detrimento do uso da força.

Deve-se ressaltar, porém, que a ONU não é uma organização possuidora de livre arbítrio: não tem autonomia para agir em desacordo com o conjunto dos seus

³ MAYALL, James. *The New Interventionism 1991-1994: United Nations experience in Cambodia, former Yugoslavia and Somalia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp. 9-11.

Estados membros, e suas ações e posições apresentadas devem ser o resultado da negociação dos interesses entre os países, especialmente entre os membros do Conselho de Segurança, em relação aos casos de intervenções militares.⁴ Além disso, as Nações Unidas não apresentam coerência e homogeneidade plenas. Desse modo, as referências tanto da mídia quanto de analistas à ONU referem-se, muitas vezes, a um de seus órgãos em particular, seja o Conselho de Segurança, o Secretariado Geral ou às operações especiais.

Cabe lembrar, ainda, a importância da questão da reconstrução da paz dentro da problemática das operações de paz da ONU. O debate sobre esse assunto tem por pilares a reforma da segurança externa em áreas de conflito, desarmamento, desmobilização e reintegração das populações locais, e restabelecimento do código de leis, ou seja, a reestruturação das instituições locais para o desenvolvimento da sociedade.

Verifica-se, então, que as funções atribuídas à Organização das Nações Unidas dão aos conflitos armados uma nova dimensão e um novo caráter: se antes se limitavam apenas às esferas domésticas das partes soberanas envolvidas, agora dizem respeito à comunidade internacional como um todo, uma vez que a organização, como uma entidade que reúne os Estados com um propósito em comum, leva as situações de crise às agendas particulares de seus membros. No âmbito da sociedade civil, também a guerra é redimensionada. Pode-se citar como exemplos disso os atos públicos, manifestações populares em relação às situações de guerra em vários países, a influência da mídia e da opinião pública, além do envolvimento das organizações não governamentais.

Como exemplo disso pode-se citar a crise nos Bálcãs, decorrente do desmantelamento da Federação Iugoslava. Por ocasião da declaração de independência da Bósnia-Herzegovina, o país foi alvo de uma ofensiva sérvia, durante a qual houve um movimento de limpeza étnica e tentativa de manutenção da unidade política da Iugoslávia. Aqui, o reconhecimento da Bósnia como membro da ONU significou o reconhecimento da guerra que ocorria no país como conflito internacional, merecendo, então, a atenção da comunidade internacional. Com isso, mediadores da ONU, Europa, EUA, França e Rússia lideraram o processo de paz que finalizou o conflito em dezembro de 1995.

⁴ MAYALL, Op. Cit., p. 9-11.

Também merecem destaque, por exemplo, a ofensiva da Rússia contra a Geórgia e o embate entre palestinos e israelenses na Faixa de Gaza, que mobilizaram toda a comunidade internacional, assim como a situação no Iraque, quem juntamente com a questão Palestina-Israel, foram incluídas nas plataformas de governo dos candidatos participantes das eleições norte-americanas realizadas em 2008. Mais recentemente, as ações populares que protagonizaram o movimento batizado de Primavera Árabe, bem como a guerra civil que assola a Síria há cinco anos, reforçam a percepção de caráter global que um conflito pode adquirir, tornando-se determinantes para a agenda política internacional.

Torna-se possível e também pertinente, então, pensar em um caráter global, e não mais local, da guerra. Ela não só reflete na dinâmica da comunidade internacional, mas também extrapola as fronteiras nacionais, e passa a ter como palco o sistema mundial.

Nesse sentido, será abordada a seguir a perspectiva de Michael Hardt e Antonio Negri sobre a condição global da guerra, para que, em seguida, possa ser feito o diálogo entre a proposta desses autores e o que se verifica atualmente no cenário internacional.

2 A GUERRA E O IMPÉRIO GLOBAL

Na obra *“Multitude: War and democracy in the age of Empire”*, os autores Antonio Negri e Michael Hardt apresentam uma noção de política pós moderna. Desse modo, deve-se falar agora em guerra pós-moderna, e diluem-se os conceitos de soberania e nação. Segundo eles, passa a vigorar uma ideia de mundo no qual não existe mais um concerto de nações: o mundo é agora uma unidade⁵.

Com isso, todas as guerras se desenrolam no terreno do Império, com o caráter de guerras civis, já que a noção de nação está enfraquecida. Soma-se a isso o conceito de “multidão”: aqui, todas as diversidades estão englobadas, em contraste com a ideia de povo.

Negri e Hardt chamam a atenção ainda para a constância da guerra: se antes, de um modo geral, os países viviam em paz, com a guerra sendo uma

⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004. pp. 3-4.

exceção, um estado excepcional na vida das pessoas, agora a guerra é a constante e a paz, a exceção.⁶ Além disso, um conflito não envolve mais, necessariamente, entidades soberanas. Nas guerras atuais, também se luta contra inimigos “abstratos”: guerra contra o terror, contra ideologias, contra drogas, etc. Não há mais fronteiras, e, dessa forma, também muda o modo de legitimação de uma guerra.

Os autores também retomam o princípio de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios: em seu trabalho, segundo eles, há a noção de que guerra e política são, em princípio, duas esferas diferentes, e que é necessário entender como elas se relacionam, a ponto de a guerra se tornar um prolongamento da política, uma parte do intercâmbio político.⁷ No contexto do Império Global, ressaltam, é inviável tentar dissociar a guerra dos conflitos de interesses, dada a emergência de muitas guerras civis. Acrescenta-se a isso o fato de que a soberania dos Estados está declinando, abrindo espaço para o surgimento de uma nova soberania, o Império Global.

Dessa forma, na nova análise entre guerra e política trazida pelo Império, a guerra tende a se tornar uma relação social permanente. Nesse sentido, alguns autores complementam essa noção acrescentando a possibilidade de reversão da fórmula clássica de

Clausewitz: “a guerra pode ser a continuação da política por outros meios, mas a própria política é cada vez mais conduzida pela guerra, por outros meios”.⁸ Assim, a guerra se tornaria o princípio organizador primário da sociedade, tanto dentro quanto fora dessa sociedade, e a política é um dos seus meios.

Negri e Hardt chamam atenção, ainda, para o caráter metafórico/retórico da guerra no século XXI, empreendida contra inimigos indefinidos e imateriais, contra conceitos ou práticas, quais sejam, drogas, terrorismo, religião, pobreza, fundamentalismos, etc. Ressaltam também que nessas guerras não há limites temporais e espaciais, o que envolve o uso contínuo da violência e do poder. Como não se pode vencer tal guerra, antes, ela precisa ser “vencida” todos os dias, ela se torna virtualmente indistinguível da atividade política.

⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Op. cit., pp. 4-5.

⁷ Ibid., p. 6.

⁸ Ibid., p. 12. Tradução livre.

Nesse sentido, o que se torna pode observar é que torna-se igualmente relevante que esse estado de guerra global torne as relações internacionais e as políticas nacionais cada vez mais similares e inter-relacionadas. Há cada vez menos diferença entre interno e externo ao Estado nação: o “inimigo”, tradicionalmente concebido como externo, e as “classes perigosas”, tradicionalmente vistas como internas, são agora cada vez mais indistinguíveis uma da outra e, juntas, “justificam” o esforço da guerra⁹.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUERRA NO IMPÉRIO GLOBAL, POLÍTICA E EXISTÊNCIA

Levando em conta o exposto acerca da Organização das Nações Unidas, os princípios que a norteiam principalmente após o fim da Guerra Fria e o perfil de sua atuação, bem como a proposta dos autores Antonio Negri e Michael Hardt a respeito do caráter global das guerras e da sociedade internacional como um todo, verifica-se que, realmente, é possível falar em uma nova dimensão dos conflitos armados em virtude do agigantamento do cenário no qual se desenrolam.

A relativização do conceito de soberania, a amplitude da mídia, o crescimento da influência da opinião pública e das organizações não governamentais, e da mobilização da sociedade civil como um todo no que concerne às guerras faz com que estas se descentalizem, se desenraizem do plano nacional, adentram as agendas governamentais e dos organismos internacionais, e, dessa forma, passam a dizer respeito à comunidade internacional e à sua dinâmica.

A noção de unidade entre as nações também se reforça pelo constante estado de apreensão, ou, nas palavras de Negri e Hardt, constante estado de guerra, trazido pelas guerras metafóricas e seus inimigos “abstratos”: a guerra contra o terror, contra a ameaça nuclear, contra fundamentalismos, por exemplo, vistos como desafios à humanidade como um todo, derrubam a visão clausewitziana de guerra apenas entre entidades soberanas, e, com isso, estendem a problemática da guerra a toda a comunidade de Estados, em conjunto.

Entretanto, Negri e Hardt também falam em queda do Estado nação. Apesar de a guerra não ser mais um instrumento a ser utilizado apenas por governos, não

⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Op. cit., p. 14.

se pode minimizar a figura estatal nem nas situações de conflitos nem no cenário internacional. Apesar da relativização da soberania, em virtude da onda globalizatória, e do princípio de cooperação entre os países, arbitrado pelas Nações Unidas, o que se verifica é um fortalecimento das identidades nacionais.

Como exemplo pode-se citar a invasão americana ao Iraque em 2003: apesar da alegação de ameaça nuclear, posta como um convite a todos os países para erradicar essa ameaça, o que se verificou foi uma imposição de força por parte dos EUA aos iraquianos, com o exército norte-americano desempenhando função de policiamento e de proteção à soberania de seu país. A resposta por parte da resistência iraquiana, desse modo, representa uma luta pela sua própria identidade nacional, e pela sua existência como povo, como cultura.

Ainda, os movimentos da Primavera Árabe e o conflito na Síria, que chamou a atenção, inclusive, para uma crise de refugiados há muito existente, coloca em xeque a manutenção do ideário dos direitos humanos frente aos discursos nacionalistas contundentes dos países que recebem esses refugiados.

Entretanto, as noções de Império Global e de guerra global não são absolutas. Mesmo com a ONU representando o papel de provedora e mantenedora da unidade mundial, levando as situações de crise à comunidade de países como um todo, não se pode deixar de levar em conta o pano de fundo político da guerra global, o mesmo da guerra “tradicional”. Ao mesmo tempo em que é possível falar numa amplitude global da guerra e da relação entre Estados, também não se pode falar em dissociação da guerra da política, porque tanto guerra quanto política envolvem poder; mais além, a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato¹⁰.

O conceito de poder, entretanto, pode adquirir vários sentidos. Aqui, é importante destacar que o poder não diz respeito necessariamente à imposição da vontade, da mentalidade de uma parte sobre outra, ou ainda de distinguir quem manda e quem obedece. É preciso considerar o tipo de interesse que determina as ações, tanto no seu período histórico, como no seu contexto político, social e cultural. Com isso, o entorno político das guerras pode trazer desde interesses de

¹⁰ MORGENTHAU, Hans J. Política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. pp. 49-52.

anexação territorial, exploração econômica, imposição cultural, como também a questão da própria existência de um povo.

Assim, procurou-se discutir neste trabalho o fato de que é notável que as guerras adquiriram um caráter mais amplo, global, devido ao fato de que a própria comunidade internacional adquire um perfil de unidade, decorrente da evidente interdependência entre os países, dos movimentos globalizatórios, e da política de cooperação proposta e conduzida pelas Nações Unidas, que, ao trazer questões externas às esferas domésticas de seus membros, relativiza a intensidade das fronteiras. Nesse sentido, então, é pertinente a noção de Império de que falam Antonio Negri e Michael Hardt.

Por outro lado, é igualmente notável o fato de que, mesmo com suas soberanias relativizadas, os Estados mantêm-se, reforçam suas identidades, e utilizam-se da força e da violência para seus fins políticos. Ao mesmo tempo, podem abrigar dentro de si diversos movimentos, como grupos terroristas, fundamentalistas, que também se valem da guerra em prol de seus interesses. Ou seja, guerra e política se entrelaçam, conforme sustentam Clausewitz e Morgenthau, por exemplo, porque ambas não se dissociam do poder.

Desse modo, verifica-se que a comunidade internacional apresenta uma unidade global, porém não absoluta. Da mesma forma, a guerra atual, com seu caráter mais amplo, global, continua a ser um instrumento político e de poder, deixando de ser, inclusive, uma “exclusividade” das nações.

BIBLIOGRAFIA

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CREVELD, Martin. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude: war and democracy in the age of Empire**. New York: The Penguin Press, 2004.

MAYALL, James. **The New Interventionism 1991-1994: United Nations experience in Cambodia, former Yugoslavia and Somalia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORENO, Marta Fernandez. **Propostas de democratização das Nações Unidas**. In. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 01, jan/jun. 2001.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as nações** – a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

TOMASSINI, Luciano. **As nações Unidas em um mundo pós-nacional**. In. *Contexto internacional*. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, jul/dez. 1995.